



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93046/2024
Processo nº 01.034.335/24-08

EDITAL

**LICITAÇÃO COM GRUPO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO E GRUPO PARA
BENEFICIÁRIOS DA LC 123/2006**

- **OBJETO:** AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOS E GRAMA SINTÉTICA PARA COMPOSIÇÃO DE 09 (NOVE) PLAYGROUNDS EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO
- **REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** DIA 29/08/2024, às 08:00 horas.
- **SITES PARA CONSULTAS:** www.gov.br/compras ou <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>
- **TELEFONE/E-MAIL PARA CONTATO:** (31) 3246-5107/gecli@pbh.gov.br
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília.

1. DO PREÂMBULO

A Gerência de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos dos Decretos Municipais nº 18.096/2022 e 18.289/2023, da Lei Municipal nº 10.936/2016, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/2013, nº 13.709/2018 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição e instalação de brinquedos e grama sintética para composição de 09 (nove) playgrounds em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Prefeitura de Belo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.
- 2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.
- 3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail gecli@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente na Gerência de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer situada na Rua Timbiras, 628 – 5º andar – Bairro Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30140-068.
 - 3.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.
- 3.3. O Agente de Contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento dos documentos, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
 - 3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.
- 3.4. As respostas à impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas diretamente no “site” www.gov.br/compras, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>.
- 3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, anexos e legislação aplicável.

4.1.1. Para o Grupo II, somente poderão participar beneficiários da Lei Complementar 123/2006.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte nos termos da Lei n. 8.666/93;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte;
- d) declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Belo Horizonte;
- e) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- f) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- g) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- h) enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- i) cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos;
- l) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- m) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Informações sobre cadastro de fornecedores poderão ser obtidas no Sistema de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

- 5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Belo Horizonte por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor ou o percentual de desconto ofertado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.
- 6.4. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.4.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.4.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.5. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.5.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.5.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

- 6.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.4 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. No campo valor unitário: valor unitário.
 - 7.1.2. Marca/Fabricante.
 - 7.1.3. Modelo/versão.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. O(s) valor(es) proposto(s) ou o(s) percentual(is) de desconto(s), tanto na proposta eletrônica inicial, quanto na etapa de lances, será(ão) de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA AJUSTADA

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.8. A etapa de lances seguirá pelo modo de disputa “aberto e fechado”.

8.9. No **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 8.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.11. Nas etapas abertas não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.16. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.16.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
- 8.16.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio.
- 8.16.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.17. Em relação a item(ns)/grupo(s)/lote(s) não exclusivos para participação de beneficiários da Lei Complementar 123/06, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os beneficiários da Lei Complementar 123/06 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto Municipal nº 16.535/2016](#).
- 8.17.1. Nessas condições, as propostas dos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 8.17.3. Caso o beneficiário da Lei Complementar 123/06 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.17.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 8.17.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 8.17.7. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.19. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.
- 8.20.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.
- 8.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.20.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.
- 8.20.4. Nas hipóteses de desclassificação do então arrematante, será verificada a ocorrência de nova situação de empate, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo da seguinte forma:
- a) convocação para a realização de sessão pública que será previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte, na qual será concedido ao beneficiário mais bem classificado,

oportunidade de exercer o seu direito de preferência, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos, diretamente no sistema eletrônico;

- b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior.

8.20.4.1. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e anexos.

8.21.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

8.21.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.21.3. Quando da convocação para apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência.

8.21.3.1. A proposta ajustada deverá ser anexada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras.

8.22. Juntamente com a proposta ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:

- a) **Termo de Vistoria**, conforme modelo constante no **ANEXO II**.
- b) **Declaração de elaboração independente de proposta**, conforme modelo constante no **ANEXO III**.
- c) **Declaração da Lei Orgânica**, conforme modelo constante no **ANEXO IV**.
- d) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006, conforme modelo constante no **ANEXO V. (somente para o caso de beneficiários da Lei complementar 123/2006)**.

e) Declaração do Responsável Técnico pela fabricação dos brinquedos comprovando que os equipamentos estão em conformidade com a ABNT-NBR 16071/2012.

- 8.23. Se a mesma empresa arrematar a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor valor unitário apresentado, sob pena de desclassificação do licitante no grupo em que ofertar o maior preço unitário.
- 8.24. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF, SUCAF e/ou CAGEF;
 - b) Portal da transparência no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.2.1. A Consulta referente ao sócio majoritário será realizada na fase de habilitação.
- 9.3. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.
- 9.4. Será desclassificada a proposta que:
- 9.4.1. contiver vícios insanáveis;
 - 9.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 9.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e anexos, desde que insanável.
- 9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.
- 9.6. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.7.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.7.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF.

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação exigidos no Termo de Referência, caso não estejam contemplados, disponíveis ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF deverão ser enviados em formato digital, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

10.2.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

10.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- 10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos beneficiários da LC 123/06, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.
- 10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.
- 10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06, somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.
- 10.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.9.1.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.
- 10.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 10.9.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 10.10.1. Na hipótese da Adjudicatária ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item “Das Condições de Participação”.
- 10.12. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será julgado habilitado.
- 10.13. Habilitados licitantes distintos para as cotas principal e reservada, o percentual de diferença entre os preços unitários ofertados não poderá ser superior a 10% (dez por cento) em relação ao menor preço, sob pena de desclassificação da proposta de maior valor.**
- 10.14. Não havendo licitante classificado e habilitado para a cota reservada esta poderá ser ofertada ao classificado e habilitado para a cota principal, desde que este pratique as mesmas condições já ofertadas para a cota principal.**

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, concedido na sessão pública, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 11.2.1. O julgamento para considerar a proposta aceita, bem como o licitante habilitado, será comunicado em sessão pública previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte.
- 11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.
- 11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.6. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 13.1.

13.2.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

13.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças.

13.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Esportes e Lazer.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pela Secretária Municipal de Esportes e Lazer.

- 13.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:
- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
 - b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
 - c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.
- 13.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.
- 13.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.
- 13.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.9.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.
- 13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 13.10.1. A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.
- 13.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 13.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 13.14. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto municipal nº 18.096/2022.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

- 14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.
- 14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 15.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:
- 15.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.
- 15.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
- 15.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 15.1.4. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 15.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 16.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 16.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados,

acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

- 16.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 16.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 16.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 16.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 16.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 16.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 16.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante,

bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

- 16.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 17.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
- 17.3. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.9. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 17.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.
- 17.11. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

17.12. Se a empresa vencedora não for cadastrada no SUCAF deverá providenciar seu cadastro.

17.12.1. As informações sobre o cadastro poderão ser obtidas no site <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf> ou pelo e-mail: gemec@pbh.gov.br.

17.13. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada no SUCAF, deverá manter a documentação atualizada.

17.14. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

17.15. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

17.15.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.16. O Contratado fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.16.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757 de 26.10.2009 e suas alterações.

17.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.18. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.gov.br/compras, www.pbh.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.19. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

17.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.20.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.20.2. ANEXO II – Termo de Vistoria

17.20.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

17.20.4. ANEXO IV - Modelo da Declaração da Lei Orgânica.



17.20.5. ANEXO V – Modelo da Declaração de beneficiário da LC 123/2006.

17.20.6. ANEXO VI – Minuta do Contrato

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2024.

Guéria Silva de Paulo

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

Adriana Branco Cerqueira

Secretária Municipal de Esportes e Lazer



ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 93046/2024

UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Lazer

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Ricardo Nikollas de Andrade Cavalcante

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição e instalação de brinquedos para composição de 09 (nove) playgrounds em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO I – PLAYGROUNDS – COTA PRINCIPAL – LOTE COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.
1	0099	INSTALAÇÃO E/OU MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, COM BRINQUEDOS E PISO EM GRAMA SINTÉTICA. CADA PLAYGROUND É COMPOSTO POR: 01 (UM) ESCORREGADOR, 01 (UM) BALANÇO DUPLO, 01 (UMA) GAIOLA LABIRINTO, 01 (UM) PLATAFORMA CARROSSEL. 100 M² DE GRAMA SINTÉTICA OBS: A GRAMA SERÁ INSTALADA EM 5 (CINCO) PLAYGROUNDS.	UN	07



2	75847	<p>BRINQUEDO PERMANENTE, PLATAFORMA ESCORREGA, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>ESCORREGADOR COM ESCADA DE DEGRAUS, CORRIMÃO E RAMPA CONTÍNUA, COM SUPERFÍCIE INCLINADA E LISA POR ONDE AS CRIANÇAS DESLIZAM, COM CURVA DE DESACELERAÇÃO NO FINAL DO LEITO. TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA MAIOR SEGURANÇA. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1,0" X 1,50MM E 1" X 1,20. CHAPAS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 3,00 MM E 1,20 MM.</p> <p>SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO, INCLUSIVE NA RAMPA. SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA.</p>	UN	07
---	-------	---	----	----



		<p>PARA CRIANÇAS ACIMA DE 05 ANOS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG E RECOMENDAÇÃO DE PESO MÁXIMO.</p> <p>COMPRIMENTO 3,10M, LARGURA 0,50M E ALTURA 2,07M, PODENDO VARIAR ATÉ 15%.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>		
3	75846	<p>BRINQUEDO PERMANENTE, BALANÇO DUPLO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>BALANÇO DUPLO FORMADO POR DOIS ASSENTOS PENDENTES SOB ESTRUTURA ALTA TIPO CAVALETE PROPORCIONANDO UM MOVIMENTO PENDULAR. ESTRUTURA PRINCIPAL EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE NO MÍNIMO 2,00" X 3,00MM., 2" X 2,00MM, 1 ½" X 4,25MM, 1" X 2,00MM. BARRA CHATA DE NO MÍNIMO 1 ¼" X 3/16". CHAPA AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 4,75 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: ROLAMENTOS PARA ARTICULAÇÃO BLINDADOS. CORRENTES EM AÇO ZINCADO. PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS.</p>	UN	07



		<p>ACABAMENTO EM PLÁSTICO INJETADO E/OU EM-BORRACHADO.</p> <p>ASSENTO EM ROTOMOLDADO DE ALTA QUALIDADE.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO.</p> <p>FORMA DE FIXAÇÃO: ATERRAMENTO.</p> <p>PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 60 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 03 A 12 ANOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p>		
4	79546	<p>BRINQUEDO PERMANENTE, GAIOLA LABIRINTO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>GAIOLA LABIRINTO (TREPA-TREPA)</p>	UN	07



		<p>POSSIBILITANDO A ESCALADA E DESCIDA PELAS BARRAS INTERNAS EM DIVERSAS DIREÇÕES. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2,0" X 2,00MM., 1" X 1,50MM, 7/8 X 2,00 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE NO MÍNIMO 2".</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBSMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 7 ANOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG OU 06 USUÁRIOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ES- PECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>		
--	--	--	--	--



5	93926	<p>BRINQUEDO PERMANENTE PLATAFORMA CARROSSEL ADAPTA APC 4 LUGARES.</p> <p>PROPORCIONA DIVERSÃO E EXERCÍCIO. ALÉM DA ATIVIDADE LÚDICA E FÍSICA, O BRINQUEDO OFERECE A OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, POIS CONTA COM DOIS ESPAÇOS PARA CRIANÇAS CADEIRANTES E DOIS ASSENTOS PARA NÃO CADEIRANTES ONDE ATÉ QUATRO CRIANÇAS PODEM SE ACOMODAR E GIRAR O BRINQUEDO.</p> <p>MATERIAL: TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 5" X 2,00 MM, 2" X 5,50 MM, 2" X 3,00 MM, 2" X 2,00 MM, 1 1/4" X 3,00 MM, 1 1/2" X 3,00 MM, 1 1/2" X 1,50, 1" X 1,50 MM. METALON 50 X 70 X 3,00 MM. CHAPAS DE AÇO CARBONO COM NO MÍNIMO 2 MM, 3.75 MM, 4.75 MM, 6.35 MM. CHAPA ANTIDERRAPANTE DE ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 2,70 MM. SOLDA: TIPO MIG. ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE ACABAMENTO ESFÉRICO E PROTEÇÃO UV. PORCAS E PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO. ROLAMENTOS COM DUPLA BLINDAGEM.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS MUSCULARES, INSTRUÇÕES DE</p>	UN	07
---	-------	---	----	----



		<p>UTILIZAÇÃO E DADOS DA FABRICANTE. FITAS ADESIVAS ANTIDERRAPANTES. BATENTES DE BORRACHA (VULCANIZADA), ESFERAS DE PROTEÇÃO PARA FLANGES. TRAVAS ARTICULÁVEIS PARA ACESSOS DOS CADEIRANTES.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. FORMA DE FIXAÇÃO: PARABOLT DE NO MÍNIMO 1/2 X 2 1/2.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 300 KG.</p> <p>FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 07 ANOS.</p>		
6	79550	<p>GRAMA SINTÉTICA, ESPORTIVA, ESPESSURA MÍNIMA 20 MM, MACIA, PROTEÇÃO ANTICHAMA (NÃO QUEIMA E NÃO PROPAGA FOGO), DUPLA BASE, BASE SIMPLES FIBRILADA, EM POLIPROPILENO, SUPERFÍCIE EM POLIETILENO.</p>	M²	500



**GRUPO II – PLAYGROUNDS – COTA RESERVADA – LOTE EXCLUSIVO PARA
BENEFICIÁRIOS DA LC 123/2006**

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.
1	0099	INSTALAÇÃO E/OU MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, COM BRINQUEDOS E PISO EM GRAMA SINTÉTICA. CADA PLAYGROUND É COMPOSTO POR: 01 (UM) ESCORREGADOR, 01 (UM) BALANÇO DUPLO, 01 (UMA) GAIOLA LABIRINTO, 01 (UM) PLATAFORMA CARROSSEL. 100 M ² DE GRAMA SINTÉTICA	UN	02
2	75847	BRINQUEDO PERMANENTE, PLATAFORMA ESCORREGA, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO: ESCORREGADOR COM ESCADA DE DEGRAUS, CORRIMÃO E RAMPA CONTÍNUA, COM SUPERFÍCIE INCLINADA E LISA POR ONDE AS CRIANÇAS DESLIZAM, COM CURVA DE	UN	02



		<p>DESACELERAÇÃO NO FINAL DO LEITO. TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA MAIOR SEGURANÇA. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1,0" X 1,50MM E 1" X 1,20. CHAPAS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 3,00 MM E 1,20 MM.</p> <p>SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO, INCLUSIVE NA RAMPA. SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA.</p> <p>PARA CRIANÇAS ACIMA DE 05 ANOS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG E RECOMENDAÇÃO DE PESO MÁXIMO.</p> <p>COMPRIMENTO 3,10M, LARGURA 0,50M E ALTURA 2,07M, PODENDO VARIAR ATÉ 15%.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p>		
--	--	--	--	--



		EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.		
3	75846	<p>BRINQUEDO PERMANENTE, BALANÇO DUPLO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>BALANÇO DUPLO FORMADO POR DOIS ASSENTOS PENDENTES SOB ESTRUTURA ALTA TIPO CAVALETE PROPORCIONANDO UM MOVIMENTO PENDULAR. ESTRUTURA PRINCIPAL EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE NO MÍNIMO 2,00" X 3,00MM., 2" X 2,00MM, 1 ½" X 4,25MM, 1" X 2,00MM. BARRA CHATA DE NO MÍNIMO 1 ¼" X 3/16". CHAPA AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 4,75 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: ROLAMENTOS PARA ARTICULAÇÃO BLINDADOS. CORRENTES EM AÇO ZINCADO. PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS. ACABAMENTO EM PLÁSTICO INJETADO E/OU EM-BORRACHADO. ASSENTO EM ROTOMOLDADO DE ALTA QUALIDADE.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO</p>	UN	02



		<p>COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO.</p> <p>FORMA DE FIXAÇÃO: ATERRAMENTO.</p> <p>PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 60 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 03 A 12 ANOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p>		
4	79546	<p>BRINQUEDO PERMANENTE, GAIOLA LABIRINTO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>GAIOLA LABIRINTO (TREPA-TREPA) POSSIBILITANDO A ESCALADA E DESCIDA PELAS BARRAS INTERNAS EM DIVERSAS DIREÇÕES. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2,0" X 2,00MM., 1" X 1,50MM, 7/8 X 2,00 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE NO MÍNIMO 2".</p>	UN	02



		<p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBSMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 7 ANOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG OU 06 USUÁRIOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>		
5	93926	<p>BRINQUEDO PERMANENTE PLATAFORMA CARROSSEL ADAPTA APC 4 LUGARES.</p> <p>PROPORCIONA DIVERSÃO E EXERCÍCIO. ALÉM DA ATIVIDADE LÚDICA E FÍSICA, O BRINQUEDO OFERECE A OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, POIS CONTA COM DOIS ESPAÇOS PARA CRIANÇAS CADEIRANTES E DOIS ASSENTOS PARA NÃO CADEIRANTES ONDE ATÉ QUATRO CRIANÇAS PODEM SE ACOMODAR E GIRAR O</p>	UN	02



		<p>BRINQUEDO.</p> <p>MATERIAL: TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 5" X 2,00 MM, 2" X 5,50 MM, 2" X 3,00 MM, 2" X 2,00 MM, 1 1/4" X 3,00 MM, 1 1/2" X 3,00 MM, 1 1/2" X 1,50, 1" X 1,50 MM. METALON 50 X 70 X 3,00 MM. CHAPAS DE AÇO CARBONO COM NO MÍNIMO 2 MM, 3.75 MM, 4.75 MM, 6.35 MM. CHAPA ANTIDERRAPANTE DE ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 2,70 MM. SOLDA: TIPO MIG. ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE ACABAMENTO ESFÉRICO E PROTEÇÃO UV. PORCAS E PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO. ROLAMENTOS COM DUPLA BLINDAGEM.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS MUSCULARES, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DA FABRICANTE. FITAS ADESIVAS ANTIDERRAPANTES. BATENTES DE BORRACHA (VULCANIZADA), ESFERAS DE PROTEÇÃO PARA FLANGES. TRAVAS ARTICULÁVEIS PARA ACESSOS DOS CADEIRANTES.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM</p>		
--	--	---	--	--

		PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. FORMA DE FIXAÇÃO: PARABOLT DE NO MÍNIMO 1/2 X 2 1/2. EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012. GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 300 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 07 ANOS.		
6	79550	GRAMA SINTÉTICA, ESPORTIVA, ESPESSURA MÍNIMA 20 MM, MACIA, PROTEÇÃO ANTICHAMA (NÃO QUEIMA E NÃO PROPAGA FOGO), DUPLA BASE, BASE SIMPLES FIBRILADA, EM POLIPROPILENO, SUPERFÍCIE EM POLIETILENO. OBS: A GRAMA SERÁ INSTALADA EM 1 (UM) PLAYGROUND.	M²	100

- 1.2. O fornecimento desta licitação será licitado por grupo, pois a SMEL acata o entendimento de que “é lícito o agrupamento de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si” (TCU-Informativo de Licitações e Contratos nº 147- item 5). Sendo assim, a aquisição e contratação dos serviços de instalação dos equipamentos, neste caso brinquedos para *playgrounds*, de um mesmo fornecedor justifica-se porque assegura a harmonia visual do espaço público e a garantia de que a instalação seja realizada obedecendo as peculiaridades dos brinquedos a serem adquiridos.

Uma vez que os playgrounds serão instalados em local aberto, é importante para a valorização do espaço público que os brinquedos que o compõem sejam visualmente identificados como uma peça única e harmônica, apresentando cores com nuances e tonalidades idênticas, mesmo acabamento e grau de conforto. Trata-se de detalhes impossíveis de serem descritos e mensurados para constarem como especificações no Edital e seus anexos, ficando, portanto, a cargo dos fabricantes, o que pode gerar sutis diferenças entre os produtos finais de cada um. Portanto, pelo exposto, esta Secretaria entende que, neste específico caso, a licitação por

grupo, composto pelos brinquedos, serviços de instalação e grama sintética, atende melhor o interesse público ao zelar previamente tanto pelo espaço quanto pelo público impactados pela instalação dos *playgrounds* e, simultaneamente, resguarda os fatores técnico-econômicos.

1.3. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s) foi(ram) parcelado(s), na forma do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, tendo em vista a viabilidade econômica.

1.5. Da contratação

1.5.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.

1.5.1.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024 contado da assinatura do contrato, na forma dos art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.2. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

1.5.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

1.5.3.1. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

1.5.3.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 1.5.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

1.5.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação e reajuste de preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Da indicação de marca ou modelo:

- 4.1.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

4.2. Da vistoria:

- 4.2.1. A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 15:00h.

- 4.2.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

- 4.2.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

- 4.2.3.1. A vistoria poderá ser feita nos locais definidos no Anexo I – Projeto Básico, de segunda à sexta-feira no horário comercial e acompanhada por servidor (a) designado (a) para esse fim:

- 4.2.3.2. A vistoria deverá ser previamente agendada, através da Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Lazer, por meio dos e-mails: zaner@pbh.gov.br ou gesup@pbh.gov.br.

- 4.2.3.3. No momento da vistoria, o licitante deverá apresentar o TERMO DE VISTORIA, devidamente preenchido, que assinado pelas partes deverá ser inserido no sistema juntamente com a proposta ajustada.

- 4.2.3.4. Todas as despesas inerentes à vistoria como deslocamentos e demais custos, ficarão a cargo dos licitantes.

4.2.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

- 4.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.3. Da exigência de prospectos/manuais:

- 4.3.1. Juntamente com a proposta de preços ajustada, o licitante arrematante deverá entregar Manual, Prospecto Técnico Ilustrativo e/ou Catálogo do produto contendo as

especificações técnicas para análise e conferência com as especificações do produto licitado.

4.3.2. Será desclassificada a proposta cujo manual, prospecto, catálogo e/ou amostra estejam em desacordo com as especificações técnicas.

4.4. Da subcontratação:

4.4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Da participação de consórcios:

4.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente de forma independente.

4.5.1.1. A vedação à participação de interessados que se apresentem constituídos sob a forma de consórcio se justifica na medida em que os materiais solicitados são perfeitamente pertinentes e compatíveis para a participação de empresas atuantes do ramo licitado, e é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, o que não é o caso em questão. Neste caso, a restrição visa afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer os produtos, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços nas licitações.

4.5. Garantia Contratual:

4.5.1. Pelos princípios da competitividade e economicidade, com o objetivo de não restringir a competição e não onerar as propostas, não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Regime de execução: Empreitada por preço global.

5.2. As especificações, condições, prazo e locais para execução do objeto encontram-se no **ANEXO I** – Projeto Básico.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 18.324, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.325, de 2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- I – acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
- II – registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato;
- III – determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- IV – receber o objeto do contrato mediante termo assinado pelas partes;

- V – rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o termo de referência;
- VI – exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes;
- VII – exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;
- VIII – atestar as notas fiscais e faturas;
- IX – comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- X – aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato;
- XI – emitir atestado de avaliação do serviço prestado ou do objeto recebido.

6.7.1. O gestor e fiscal do contrato serão designados por meio de Portaria publicada no Diário Oficial do Município, em até 05 (cinco) dias contados da celebração do contrato.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO /MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. Recebimento do objeto

7.1.1. O serviço será recebido provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelo fiscal do contrato, mediante emissão de termo detalhado.

7.1.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal do contrato irá verificar o cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e na proposta, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando no termo detalhado a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.4. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação do exato cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.1.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.1.6.2. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.1.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.1.6.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.1.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

- 7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.2.2.1. o prazo de validade;
 - 7.2.2.2. a data da emissão;
 - 7.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.2.2.5. o valor a pagar; e
 - 7.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
 - 7.2.2.6.1. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

- a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.
- b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se o Contratado, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.

7.2.4.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

7.2.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

7.3.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

7.4. Forma de pagamento

- 7.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

8.2.1. Habilitação jurídica

- 8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil para Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

Observação: Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.2.3.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

8.2.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.

a.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais, assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
- d) na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

a.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou no exercício anterior, e que ainda estejam dentro do prazo legal para a elaboração do balanço patrimonial deverão apresentar o balanço de abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado/autenticado no órgão de registro equivalente.

a.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.4. Os Balanços Patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

a.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.2.3.3. Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

8.2.3.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor da proposta.

8.2.4. Qualificação técnica

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para prestação de serviços similares com o grupo arrematado, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atendendo ao quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do item.

8.2.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.2.4.1.1.1. Deverá demonstrar a venda e instalação de brinquedos para playgrounds, conforme objeto deste instrumento.

8.2.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados ou certidões.

8.2.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.1.4. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

8.2.4.1.5. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

8.2.4.2. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU, constando o nome do responsável técnico na forma da Lei.

8.2.4.3. Comprovação de que a empresa licitante possui Responsável Técnico, devidamente registrado no órgão competente (CREA/CAU), que será o responsável tecnicamente pelo objeto da presente licitação;

8.2.4.3.1. A comprovação de que o profissional pertence à empresa licitante deverá ser demonstrada:

- a. pela indicação de, pelo menos, 1 (um) responsável técnico pelo objeto da licitação por meio de declaração, bem como comprovação do vínculo deste profissional com a empresa proponente, podendo ser mediante: Contrato Social, registro na Carteira Profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação do profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pelo objeto desta licitação, devendo os respectivos registros/contratação estar regularmente formalizados pelo menos até a data de abertura da licitação.
- b. pela apresentação do Contrato Social e última alteração, caso o responsável técnico de nível superior for sócio-gerente, diretor, dirigente do licitante.

8.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta

8.3.1. Após a convocação pelo Agente de Contratação, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no **ANEXO II**.

8.3.2. A proposta de preços deverá conter:

8.3.2.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.3.2.2. Modalidade e número da licitação;

8.3.2.3. Especificação do objeto licitado.

8.3.2.4. Valor global do item, discriminando o valor unitário;

8.3.2.4.1. O valor unitário deve ser apresentado em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.4.2. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.4.2.1. Quando a divisão do valor global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada item obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.3.2.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096, de 2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, pois através do orçamento sigiloso, a Administração busca a majoração da assertividade, na escolha da contratada que conhecendo as características do objeto, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória. Desta forma, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer informa aos licitantes que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

3000.1100.27.812.101.2534.0050.339039.28.15.00

3000.1100.27.812.101.2534.0050.339039.28.17.00



3000.1100.27.812.101.2534.0063.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0072.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0058.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0068.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0061.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0055.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0057.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0069.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0050.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0050.449052.04.17.00
3000.1100.27.812.101.2534.0068.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0057.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0069.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0063.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0072.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0058.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0061.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0055.449052.04.15.00

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

12.1. Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Lazer.

13. INTEGRAM O PRESENTE TERMO OS SEGUINTE ANEXOS:

13.1. Anexo I – Projeto Básico

13.2. Anexo II – Modelo da proposta ajustada

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2024.

Ricardo Nícollas de Andrade Cavalcante
Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Lazer

Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Esportes e Lazer

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO

1. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 1.1. Aquisição e instalação de brinquedos e grama sintética para composição de 09 (nove) playgrounds contemplando o fornecimento de materiais e peças auxiliares necessárias à execução dos serviços.

2. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO (LOCAL/HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/ CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO/ CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO)

2.1. Local da prestação de serviços:

- 2.1.1. **O início da prestação dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do Contrato por meio da emissão da Ordem de Serviço.**

- 2.1.2. Os brinquedos e a grama sintética deverão ser instalados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos seguintes locais no Município de Belo Horizonte:

a. Aeroporto Carlos Prates

b. Praça dos Ciganos - Av. Perimetral, nº 1790 – Bairro Distrito Industrial do Jatobá

c. Rua Alcindo Gonçalves Cotta, nº 156 - Praça Maldonado – Bairro Diamante

d. Praça Santa Rita - Bairro Esplanada

e. Parque das Mangabeiras

f. Praça Deputado José Raimundo - Av. Nélio Cerqueira, nº 290 – Bairro Tirol

g. Praça João Baid - Rua Licínio Porto Nº 262 – Bairro Tirol

h. Beco Santo Antônio - Vila Nossa Senhora da Conceição

i. Praça localizada na Av. Desembargador Cândido Martins de Oliveira, nº 28 - Bairro Tupi

2.1.2.1. Não haverá grama sintética nos seguintes locais:

Rua Alcindo Gonçalves Cotta, nº 156 - Praça Maldonado – Bairro Diamante,

Praça João Baid - Rua Licínio Porto, nº 262 – Bairro Tirol e

Praça localizada na Av. Desembargador Cândido Martins de Oliveira Nº 28 - Bairro Tupi.

2.1.3. Deverá ser feito um agendamento prévio, através dos e-mails gesup@pbh.gov.br ou zaner@pbh.gov.br para definição do dia e horário de entrega e instalação dos playgrounds.

2.2. Rotinas a serem cumpridas:

2.2.1. A empresa vencedora deverá fornecer e instalar os brinquedos e a grama sintética para composição dos playgrounds. O modo de fixação e o material necessário para cada aparelho, também será de sua responsabilidade, e terá a fiscalização do engenheiro da SMEL, que atestará o serviço realizado.

2.2.2. Sob cada aparelho ou conjunto de aparelhos deverá ser colocada grama sintética.

2.2.2.1. Não haverá grama sintética nos seguintes locais:

Rua Alcindo Gonçalves Cotta, nº 156 - Praça Maldonado – Bairro Diamante,
Praça João Baid - Rua Licínio Porto, nº 262 – Bairro Tirol e
Praça localizada na Av. Desembargador Cândido Martins de Oliveira Nº 28 - Bairro Tupi.

2.2.3. A Contratada deverá apresentar à comissão de licitação os critérios técnicos de instalação dos aparelhos.

2.2.4. As excepcionalidades da instalação dos aparelhos serão objeto de análise pelo supervisor dos serviços, o engenheiro da SMEL.

2.2.5. Deverá ser instalada placa de obra, aprovada pela fiscalização.

2.2.6. Somente serão consideradas, para efeito de pagamento, as etapas concluídas, ou seja, os playgrounds instalados.

2.2.7. Todos os insumos e encargos fiscais e trabalhistas, relativos à aquisição e instalação dos brinquedos deverão estar embutidos no valor unitário proposto, não sendo possível nenhum tipo de revisão, adequação, ou qualquer tipo de acréscimo, seja por natureza técnica, operacional ou administrativa dos valores propostos.

2.2.8. O recebimento dos serviços no local designado será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

2.2.8.1. A Contratada dirigir-se-á ao local da entrega munido da Nota Fiscal e da Ordem de Serviço respectivas.

2.2.8.2. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pela Contratada, receberá os serviços provisoriamente para verificação de especificação, quantidade, preços, prazos e outros pertinentes.

2.2.8.2.1. Encontrando irregularidade, fixará prazo para correção pela Contratada.

2.2.8.2.2. Aprovando, receberá definitivamente mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

2.2.9. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de apuração de descumprimento contratual.

2.3. Condições de entrega:

2.3.1. O **prazo máximo de entrega e instalação dos produtos e equipamentos** será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.

2.4. Garantia técnica, manutenção e/ou assistência técnica:

2.4.1. O prazo de garantia do(s) equipamentos, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo dos brinquedos.

2.4.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia dos equipamentos ofertados pelo período restante.

2.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os brinquedos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

2.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

2.4.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos brinquedos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

2.4.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação dos equipamentos.

2.4.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do(s) bem(ns)/produto(s) que apresentar(em) vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do(s) bem(ns)/produto(s) das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

2.4.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

2.4.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a

substituição do(s) bem(ns)/produto(s) ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do(s) bem(ns)/produto(s).

2.4.9. O custo referente ao transporte do(s) bem(ns)/produto(s) coberto(s) pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

2.4.10. A garantia legal ou contratual do(s) bem(ns)/produto(s) tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3. EXIGÊNCIA DE LAUDOS E/OU CERTIFICAÇÕES COMO REQUISITO TÉCNICO

3.1. O licitante deverá apresentar Declaração do Responsável Técnico pela fabricação dos brinquedos comprovando que os equipamentos estão em conformidade com a ABNT-NBR 16071/2012.

4. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

3.1. Das Obrigações da Contratada

3.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

3.1.2. Efetuar a prestação do serviço conforme fixado neste instrumento.

3.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço.

3.1.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.

3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

3.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

- 3.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 3.1.10. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 3.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 3.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.13. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 3.1.14. Comunicar ao Contratante a ausência de produto necessário para a execução do serviço, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado.
- 3.1.15. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.
- 3.1.16. Iniciar a prestação dos serviços de acordo com as datas e local estipulado na Ordem de Serviço, expedida após a emissão da Nota de Empenho.
- 3.1.17. Cumprir com a totalidade do objeto deste Termo em até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, cumprindo fielmente todas as disposições constantes deste instrumento.
- 3.1.18. Executar com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o objeto contratado de acordo com as necessidades do Contratante e na medida em que for solicitado, devendo os materiais a ser empregados, receber prévia aprovação do Contratante, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não sejam novos ou não satisfaçam os padrões estabelecidos.
- 3.1.19. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, inclusive com a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

- 3.1.20. Usar material de primeira qualidade necessário à boa execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como pela sua aplicação na execução dos serviços.
- 3.1.21. Fornecer ao Contratante, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do objeto contratado.
- 3.1.22. Fornecer mão-de-obra, materiais, peças, componentes, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços.
- 3.1.23. Indicar um responsável técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas aos serviços prestados, o qual responderá pela aquisição, utilização e controle dos produtos empregados.
- 3.1.24. Disponibilizar equipe dimensionada de modo a executar devidamente o serviço e, no mínimo, 01(um) responsável técnico, devidamente habilitado.
- 3.1.25. Utilizar pessoal selecionado de competência técnica e bom comportamento, para execução dos serviços ora contratados, devidamente identificados e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar e o ambiente.
- 3.1.26. Observar as normas de segurança vigentes para a prestação de serviços.
- 3.1.27. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), ficando a cargo da empresa e às expensas o fornecimento desses equipamentos.
- 3.1.28. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência.
- 3.1.29. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a SMEL reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.
- 3.1.30. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 3.1.31. Abster-se, em qualquer que seja hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades do presente, sem prévia autorização do Contratante.
- 3.1.32. Prestar e manter a garantia em relação ao perfeito funcionamento do produto fornecido.

3.1.33. Responsabilizar-se pelo seu cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrado, nos termos do Decreto Municipal nº 11.245/03, assim como, mantê-lo atualizado, sob pena de inviabilizar o pagamento.

3.1.34. Manter sede com infraestrutura para execução dos serviços no Município de Belo Horizonte, com infraestrutura necessária para prestação dos serviços de assistência técnica.

3.1.35. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo ser descarregamento no local de instalação.

3.1.36. Concluir os serviços de instalação dos brinquedos e da grama sintética, deixando o local limpo e em condição de uso pela população.

3.1.37. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – válida do órgão competente, conforme legislação vigente, dos serviços de montagem e instalação, com indicação do responsável técnico.

3.2. Das obrigações do Contratante

3.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado, por meio da Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Lazer.

3.2.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133 de 2021.

3.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pela Contratada correspondente ao serviço prestado.

3.2.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93046/2024

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto: Aquisição e instalação de brinquedos e grama sintética para composição de 09 (nove) playgrounds da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Prefeitura de Belo Horizonte.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Garantia:

GRUPO I – PLAYGROUNDS – COTA PRINCIPAL

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	Marca Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	0099	INSTALAÇÃO E/OU MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, COM BRINQUEDOS E PISO EM GRAMA SINTÉTICA. CADA PLAYGROUND É COMPOSTO POR: 01 (UM) ESCORREGADOR, 01 (UM) BALANÇO DUPLO, 01 (UMA) GAIOLA	UN	07			



		LABIRINTO, 01 (UM) PLATAFORMA CARROSSEL. 100 M² DE GRAMA SINTÉTICA OBS: A GRAMA SERÁ INSTALADA EM 6 (SEIS) PLAYGROUNDS.					
2	75847	BRINQUEDO PERMANENTE, PLATAFORMA ESCORREGA, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO: ESCORREGADOR COM ESCADA DE DEGRAUS, CORRIMÃO E RAMPA CONTÍNUA, COM SUPERFÍCIE INCLINADA E LISA POR ONDE AS CRIANÇAS DESLIZAM, COM CURVA DE DESACELERAÇÃO NO FINAL DO LEITO. TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA MAIOR SEGURANÇA. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1,0" X 1,50MM E 1" X 1,20. CHAPAS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 3,00 MM E 1,20 MM.	UN	07			



		<p>SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FI-XAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO- ENDURECÍVEL COLORIDO, INCLUSIVE NA RAMPA. SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA.</p> <p>PARA CRIANÇAS ACIMA DE 05 ANOS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG E RECOMENDAÇÃO DE PESO MÁXIMO.</p> <p>COMPRIMENTO 3,10M, LARGURA 0,50M E ALTURA 2,07M, PODENDO VARIAR ATÉ 15%.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.					
3	75846	BRINQUEDO PERMANENTE, BALANÇO DUPLO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO: BALANÇO DUPLO FORMADO POR DOIS ASSENTOS PENDENTES SOB ESTRUTURA ALTA TIPO CA-VALETE PROPORCIONANDO UM MOVIMENTO PENDULAR. ESTRUTURA PRINCIPAL EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE NO MÍNIMO 2,00" X 3,00MM., 2" X 2,00MM, 1 1/2" X 4,25MM, 1" X 2,00MM. BARRA CHATA DE NO MÍNIMO 1 1/4" X 3/16". CHAPA AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 4,75 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: ROLAMENTOS PARA ARTICULAÇÃO BLINDADOS.	UN	07			



		<p>CORRENTES EM AÇO ZINCADO. PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS. ACABAMENTO EM PLÁSTICO INJETADO E/OU EM- BORRACHADO. ASSENTO EM ROTOMOLDADO DE ALTA QUALIDADE.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO- ENDURECÍVEL COLORIDO.</p> <p>FORMA DE FIXAÇÃO: ATERRAMENTO.</p> <p>PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 60 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 03 A 12 ANOS.</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--



		GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.					
4	79546	BRINQUEDO PERMANENTE, GAIOLA LABIRINTO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO: GAIOLA LABIRINTO (TREPA-TREPA) POSSIBILITANDO A ESCALADA E DESCIDA PELAS BARRAS INTERNAS EM DIVERSAS DIREÇÕES. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2,0" X 2,00MM., 1" X 1,50MM, 7/8 X 2,00 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE NO	UN	07			



		<p>MÍNIMO 2”.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 7 ANOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG OU 06 USUÁRIOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>					
5	93926	BRINQUEDO	UN	07			



		<p>PERMANENTE PLATAFORMA CARROSSEL ADAPTA APC 4 LUGARES.</p> <p>PROPORCIONA DIVERSÃO E EXERCÍCIO. ALÉM DA ATIVIDADE LÚDICA E FÍSICA, O BRINQUEDO OFERECE A OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, POIS CONTA COM DOIS ESPAÇOS PARA CRIANÇAS CADEIRANTES E DOIS ASSENTOS PARA NÃO CADEIRANTES ONDE ATÉ QUATRO CRIANÇAS PODEM SE ACOMODAR E GIRAR O BRINQUEDO.</p> <p>MATERIAL: TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 5" X 2,00 MM, 2" X 5,50 MM, 2" X 3,00 MM, 2" X 2,00 MM, 1 1/4" X 3,00 MM, 1 1/2" X 3,00 MM, 1 1/2" X 1,50, 1" X 1,50 MM. METALON 50 X 70 X 3,00 MM. CHAPAS DE AÇO CARBONO COM NO MÍNIMO 2 MM, 3.75 MM, 4.75 MM, 6.35 MM. CHAPA ANTIDERRAPANTE DE ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 2,70 MM. SOLDA: TIPO</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--



		<p>MIG. ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE ACABAMENTO ESFÉRICO E PROTEÇÃO UV. PORCAS E PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO. ROLAMENTOS COM DUPLA BLINDAGEM.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS MUSCULARES, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DA FABRICANTE. FITAS ADESIVAS ANTIDERRAPANTES . BATENTES DE BORRACHA (VULCANIZADA), ESFERAS DE PROTEÇÃO PARA FLANGES. TRAVAS ARTICULÁVEIS PARA ACESSOS DOS CADEIRANTES.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--



		RESINA DE POLIÉSTER TERMO- ENDURECÍVEL COLORIDO. FORMA DE FIXAÇÃO: PARABOLT DE NO MÍNIMO 1/2 X 2 1/2. EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012. GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 300 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 07 ANOS.					
6	79550	GRAMA SINTÉTICA, ESPORTIVA, ESPESSURA MÍNIMA 20 MM, MACIA, PROTEÇÃO ANTICHAMA (NÃO QUEIMA E NÃO PROPAGA FOGO), DUPLA BASE, BASE SIMPLES FIBRILADA, EM POLIPROPILENO, SUPERFÍCIE EM POLIETILENO.	M²	500			
VALOR GLOBAL GRUPO I				R\$			



GRUPO II – PLAYGROUNDS – COTA RESERVADA

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	Marca Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	0099	INSTALAÇÃO E/OU MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, COM BRINQUEDOS E PISO EM GRAMA SINTÉTICA. CADA PLAYGROUND É COMPOSTO POR: 01 (UM) ESCORREGADOR, 01 (UM) BALANÇO DUPLO, 01 (UMA) GAIOLA LABIRINTO, 01 (UM) PLATAFORMA CARROSSEL. 100 M² DE GRAMA SINTÉTICA	UN	02			
2	75847	BRINQUEDO PERMANENTE, PLATAFORMA ESCORREGA, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM	UN	02			



		<p>ANEXO:</p> <p>ESCORREGADOR COM ESCADA DE DEGRAUS, CORRIMÃO E RAMPA CONTÍNUA, COM SUPERFÍCIE INCLINADA E LISA POR ONDE AS CRIANÇAS DESLIZAM, COM CURVA DE DESACELERAÇÃO NO FINAL DO LEITO. TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA MAIOR SEGURANÇA. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1,0" X 1,50MM E 1" X 1,20. CHAPAS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 3,00 MM E 1,20 MM.</p> <p>SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FI-XAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA A</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--



		<p>PÓ COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO, INCLUSIVE NA RAMPA. SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA.</p> <p>PARA CRIANÇAS ACIMA DE 05 ANOS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG E RECOMENDAÇÃO DE PESO MÁXIMO.</p> <p>COMPRIMENTO 3,10M, LARGURA 0,50M E ALTURA 2,07M, PODENDO VARIAR ATÉ 15%.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>					
3	75846	<p>BRINQUEDO PERMANENTE, BALANÇO DUPLO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p>	UN	02			



		<p>BALANÇO DUPLO FORMADO POR DOIS ASSEN-TOS PENDENTES SOB ESTRUTURA ALTA TIPO CA-VALETE PROPORCIONANDO UM MOVIMENTO PENDULAR. ESTRUTURA PRINCIPAL EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE NO MÍNIMO 2,00” X 3,00MM., 2” X 2,00MM, 1 ½” X 4,25MM, 1” X 2,00MM. BARRA CHATA DE NO MÍNIMO 1 ¼” X 3/16”. CHAPA AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 4,75 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: ROLAMENTOS PARA ARTICULAÇÃO BLINDADOS. CORRENTES EM AÇO ZINCADO. PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS. ACABAMENTO EM PLÁSTICO INJETADO E/OU EM- BORRACHADO. ASSENTO EM ROTOMOLDADO DE ALTA QUALIDADE. ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM</p>				
--	--	---	--	--	--	--



		<p>IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO.</p> <p>FORMA DE FIXAÇÃO: ATERRAMENTO.</p> <p>PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 60 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 03 A 12 ANOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p>					
4	79546	BRINQUEDO PERMANENTE, GAIOLA LABIRINTO, TIPO PLAYGROUND,	UN	02			



		<p>MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>GAIOLA LABIRINTO (TREPA-TREPA) POSSIBILITANDO A ESCALADA E DESCIDA PELAS BARRAS INTERNAS EM DIVERSAS DIREÇÕES. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2,0" X 2,00MM., 1" X 1,50MM, 7/8 X 2,00 MM. SOLDA TIPO MIG.</p> <p>ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE NO MÍNIMO 2".</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBSMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO</p>				
--	--	--	--	--	--	--



		<p>COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 7 ANOS, COM CA-PACIDADE MÍNIMA DE 150 KG OU 06 USUÁRIOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>				
5	93926	<p>BRINQUEDO PERMANENTE PLATAFORMA CARROSSEL ADAPTA APC 4 LUGARES.</p> <p>PROPORCIONA DIVERSÃO E EXERCÍCIO. ALÉM DA ATIVIDADE LÚDICA E FÍSICA, O BRINQUEDO OFERECE A OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, POIS CONTA COM DOIS ESPAÇOS PARA CRIANÇAS CADEIRANTES E DOIS ASSENTOS PARA NÃO</p>	UN	02		



		<p>CADEIRANTES ONDE ATÉ QUATRO CRIANÇAS PODEM SE ACOMODAR E GIRAR O BRINQUEDO.</p> <p>MATERIAL: TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 5" X 2,00 MM, 2" X 5,50 MM, 2" X 3,00 MM, 2" X 2,00 MM, 1 1/4" X 3,00 MM, 1 1/2" X 3,00 MM, 1 1/2" X 1,50, 1" X 1,50 MM. METALON 50 X 70 X 3,00 MM. CHAPAS DE AÇO CARBONO COM NO MÍNIMO 2 MM, 3.75 MM, 4.75 MM, 6.35 MM. CHAPA ANTIDERRAPANTE DE ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 2,70 MM. SOLDA: TIPO MIG.</p> <p>ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE ACABAMENTO ESFÉRICO E PROTEÇÃO UV. PORCAS E PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO. ROLAMENTOS COM DUPLA BLINDAGEM.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FIXAÇÃO</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		<p>COM IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS MUSCULARES, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DA FABRICANTE. FITAS ADESIVAS ANTIDERRAPANTES . BATENTES DE BORRACHA (VULCANIZADA), ESFERAS DE PROTEÇÃO PARA FLANGES. TRAVAS ARTICULÁVEIS PARA ACESSOS DOS CADEIRANTES.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. FORMA DE FIXAÇÃO: PARABOLT DE NO MÍNIMO 1/2 X 2 1/2.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. PESO</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		MÁXIMO RECOMENDADO: 300 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 07 ANOS.					
6	79550	GRAMA SINTÉTICA, ESPORTIVA, ESPESSURA MÍNIMA 20 MM, MACIA, PROTEÇÃO ANTICHAMA (NÃO QUEIMA E NÃO PROPAGA FOGO), DUPLA BASE, BASE SIMPLES FIBRILADA, EM POLIPROPILENO, SUPERFÍCIE EM POLIETILENO.	M ²	100			
VALOR GLOBAL GRUPO II				R\$			

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do responsável



ANEXO II DO EDITAL

TERMO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93046/2024.

Através do presente, a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº, _____, com sede na (rua/avenida)
_____ nº _____, neste ato por
intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____,
portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº
_____ DECLARA, sob as penas da Lei, que efetuou **vistoria** nos
locais **cujos endereços estão detalhados no Anexo I – Projeto Básico do Termo de
Referência** e que tem pleno conhecimento das condições para a execução dos serviços, objeto
deste certame, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da
formulação de sua proposta ou do perfeito atendimento às exigências estabelecidas no Edital.

Belo Horizonte,de.....de 2024.

NOME E ASSINATURA
REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE

ASSINATURA E BM
RESPONSÁVEL DESIGNADO PELA SMEL



ANEXO III DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93046/2024

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

....., de de 2024.

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IV DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93046/2024

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - Representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - Condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do responsável legal da adjudicatária



ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93046/2024

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada e que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO VI**CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E A
EMPRESA**

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com sede na rua Timbiras, 628 – Bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Esportes e Lazer, **Sra. Adriana Branco Cerqueira**, CPF. nº 604.988.116-20 designada por Ato do Gabinete do Prefeito nº 250/2022 publicado no Diário Oficial do Município de 30 de março de 2022, portadora da Matrícula Funcional nº 126.156-6 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, na cidade de/Estado, neste ato representada por (nome e função na contratada), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no procedimento nº 01.034.335/24-08 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos Municipais nº 18.096/2022 e nº 18.324/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 93046/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição e instalação de brinquedos e grama sintética para composição de **(PREENCHER CONFORME O QUANTITATIVO)** playgrounds em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Prefeitura de Belo Horizonte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contado da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 3.1. O modelo de execução, bem como as regras de gestão contratual constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.
- 4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação

das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- 4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

- 6.1. O recebimento/medição, liquidação, prazo e forma de pagamento serão efetuados conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/04/2024.
- 7.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida.
- 7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As obrigações do Contratado e do Contratante estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Decreto nº 18.096/2021:

9.1.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

9.1.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

- 9.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças.
- 9.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Esportes e Lazer.
- 9.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pela Secretária Municipal de Esportes e Lazer.
- 9.5. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:
- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
 - b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
 - c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.
- 9.6. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.
- 9.7. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.
- 9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.
- 9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 9.9.1. A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.
- 9.10. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 10.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

- 10.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.
- 10.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
- 10.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 10.1.4. O contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 10.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

3000.1100.27.812.101.2534.0050.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0050.339039.28.17.00
3000.1100.27.812.101.2534.0063.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0072.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0058.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0068.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0061.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0055.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0057.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0069.339039.28.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0050.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0050.449052.04.17.00
3000.1100.27.812.101.2534.0068.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0057.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0069.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0063.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0072.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0058.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0061.449052.04.15.00
3000.1100.27.812.101.2534.0055.449052.04.15.00

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos municipais nº 18.096/2022, nº 17.813/2022 e nº 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 14.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 14.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 14.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 14.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 14.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 14.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 14.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 14.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 14.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 14.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

- 14.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 14.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 14.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 14.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 14.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.5. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- 15.5.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 15.5.2. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 15.5.3. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM, correrá por conta e ônus do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS

17.1. Vinculam ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação, a proposta da Contratada, bem como eventuais anexos dos documentos supracitados, e integram o presente instrumento os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência.
- b) Anexo II – Especificação e Quantidade do Objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, de de 2024.

.....
Secretária Municipal de Esportes e Lazer

.....
Representante da Empresa

.....
Testemunhas



ANEXO I DO CONTRATO

TERMO DE REFERÊNCIA

(TRANSCREVER QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO)



ANEXO II DO CONTRATO

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO

GRUPO I – PLAYGROUNDS – COTA PRINCIPAL

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	Marca Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	0099	INSTALAÇÃO E/OU MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, COM BRINQUEDOS E PISO EM GRAMA SINTÉTICA. CADA PLAYGROUND É COMPOSTO POR: 01 (UM) ESCORREGADOR, 01 (UM) BALANÇO DUPLO, 01 (UMA) GAIOLA LABIRINTO, 01 (UM) PLATAFORMA CARROSSEL. 100 M² DE GRAMA SINTÉTICA OBS: A GRAMA SERÁ INSTALADA EM 6 (SEIS) PLAYGROUNDS.	UN	07			
2	75847	BRINQUEDO PERMANENTE, PLATAFORMA	UN	07			



		<p>ESCORREGA, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>ESCORREGADOR COM ESCADA DE DEGRAUS, CORRIMÃO E RAMPA CONTÍNUA, COM SUPERFÍCIE INCLINADA E LISA POR ONDE AS CRIANÇAS DESLIZAM, COM CURVA DE DESACELERAÇÃO NO FINAL DO LEITO. TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA MAIOR SEGURANÇA. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1,0" X 1,50MM E 1" X 1,20. CHAPAS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 3,00 MM E 1,20 MM.</p> <p>SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FI-XAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E</p>				
--	--	---	--	--	--	--



		<p>DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO, INCLUSIVE NA RAMPA. SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA.</p> <p>PARA CRIANÇAS ACIMA DE 05 ANOS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG E RECOMENDAÇÃO DE PESO MÁXIMO.</p> <p>COMPRIMENTO 3,10M, LARGURA 0,50M E ALTURA 2,07M, PODENDO VARIAR ATÉ 15%.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>					
3	75846	BRINQUEDO PERMANENTE, BALANÇO DUPLO, TIPO PLAYGROUND,	UN	07			



		<p>MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>BALANÇO DUPLO FORMADO POR DOIS ASSENTOS PENDENTES SOB ESTRUTURA ALTA TIPO CA-VALETE PROPORCIONANDO UM MOVIMENTO PENDULAR. ESTRUTURA PRINCIPAL EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE NO MÍNIMO 2,00" X 3,00MM., 2" X 2,00MM, 1 ½" X 4,25MM, 1" X 2,00MM. BARRA CHATA DE NO MÍNIMO 1 ¼" X 3/16". CHAPA AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 4,75 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: ROLAMENTOS PARA ARTICULAÇÃO BLINDADOS. CORRENTES EM AÇO ZINCADO. PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS. ACABAMENTO EM PLÁSTICO INJETADO E/OU EM- BORRACHADO. ASSENTO EM ROTOMOLDADO DE ALTA QUALIDADE.</p> <p>ADESIVO</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		<p>REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO.</p> <p>FORMA DE FIXAÇÃO: ATERRAMENTO.</p> <p>PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 60 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 03 A 12 ANOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p>					
4	79546	BRINQUEDO	UN	07			



		<p>PERMANENTE, GAIOLA LABIRINTO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>GAIOLA LABIRINTO (TREPA-TREPA) POSSIBILITANDO A ESCALADA E DESCIDA PELAS BARRAS INTERNAS EM DIVERSAS DIREÇÕES. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2,0" X 2,00MM., 1" X 1,50MM, 7/8 X 2,00 MM. SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE NO MÍNIMO 2".</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBSMERSO A</p>				
--	--	--	--	--	--	--



		<p>BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 7 ANOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 150 KG OU 06 USUÁRIOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.</p>					
5	93926	<p>BRINQUEDO PERMANENTE PLATAFORMA CARROSSEL ADAPTA APC 4 LUGARES.</p> <p>PROPORCIONA DIVERSÃO E EXERCÍCIO. ALÉM DA ATIVIDADE LÚDICA E FÍSICA, O BRINQUEDO OFERECE A OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, POIS CONTA COM DOIS ESPAÇOS</p>	UN	07			



		<p>PARA CRIANÇAS CADEIRANTES E DOIS ASSENTOS PARA NÃO CADEIRANTES ONDE ATÉ QUATRO CRIANÇAS PODEM SE ACOMODAR E GIRAR O BRINQUEDO.</p> <p>MATERIAL: TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 5" X 2,00 MM, 2" X 5,50 MM, 2" X 3,00 MM, 2" X 2,00 MM, 1 1/4" X 3,00 MM, 1 1/2" X 3,00 MM, 1 1/2" X 1,50, 1" X 1,50 MM. METALON 50 X 70 X 3,00 MM. CHAPAS DE AÇO CARBONO COM NO MÍNIMO 2 MM, 3.75 MM, 4.75 MM, 6.35 MM. CHAPA ANTIDERRAPANTE DE ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 2,70 MM. SOLDA: TIPO MIG.</p> <p>ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE ACABAMENTO ESFÉRICO E PROTEÇÃO UV. PORCAS E PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO. ROLAMENTOS COM DUPLA BLINDAGEM.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		<p>ADESIVO REFLETIVO DESCRIPTIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS MUSCULARES, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DA FABRICANTE. FITAS ADESIVAS ANTIDERRAPANTES . BATENTES DE BORRACHA (VULCANIZADA), ESFERAS DE PROTEÇÃO PARA FLANGES. TRAVAS ARTICULÁVEIS PARA ACESSOS DOS CADEIRANTES.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO- ENDURECÍVEL COLORIDO. FORMA DE FIXAÇÃO: PARABOLT DE NO MÍNIMO 1/2 X 2 1/2.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 300 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 07 ANOS.					
6	79550	GRAMA SINTÉTICA, ESPORTIVA, ESPESSURA MÍNIMA 20 MM, MACIA, PROTEÇÃO ANTICHAMA (NÃO QUEIMA E NÃO PROPAGA FOGO), DUPLA BASE, BASE SIMPLES FIBRILADA, EM POLIPROPILENO, SUPERFÍCIE EM POLIETILENO.	M²	500			
VALOR GLOBAL GRUPO I				R\$			

GRUPO II – PLAYGROUNDS – COTA RESERVADA

Item	Código SICAM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	Marca Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	0099	INSTALAÇÃO E/OU MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, COM BRINQUEDOS E PISO EM GRAMA SINTÉTICA.	UN	02			



		CADA PLAYGROUND É COMPOSTO POR: 01 (UM) ESCORREGADOR, 01 (UM) BALANÇO DUPLO, 01 (UMA) GAIOLA LABIRINTO, 01 (UM) PLATAFORMA CARROSSEL. 100 M² DE GRAMA SINTÉTICA					
2	75847	BRINQUEDO PERMANENTE, PLATAFORMA ESCORREGA, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO: ESCORREGADOR COM ESCADA DE DEGRAUS, CORRIMÃO E RAMPA CONTÍNUA, COM SUPERFÍCIE INCLINADA E LISA POR ONDE AS CRIANÇAS DESLIZAM, COM CURVA DE DESACELERAÇÃO NO FINAL DO LEITO. TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA MAIOR SEGURANÇA. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO DE	UN	02			



		<p>NO MÍNIMO 1,0" X 1,50MM E 1" X 1,20. CHAPAS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 3,00 MM E 1,20 MM.</p> <p>SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FI-XAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO-ENDURECÍVEL COLORIDO, INCLUSIVE NA RAMPA. SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA.</p> <p>PARA CRIANÇAS ACIMA DE 05 ANOS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 KG E RECOMENDAÇÃO DE PESO MÁXIMO.</p> <p>COMPRIMENTO 3,10M, LARGURA</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		0,50M E ALTURA 2,07M, PODENDO VARIAR ATÉ 15%.					
		GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.					
		EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 16071/2012.					
3	75846	BRINQUEDO PERMANENTE, BALANÇO DUPLO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO: BALANÇO DUPLO FORMADO POR DOIS ASSEN-TOS PENDENTES SOB ESTRUTURA ALTA TIPO CA-VALETE PROPORCIONANDO UM MOVIMENTO PENDULAR. ESTRUTURA PRINCIPAL EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE NO MÍNIMO 2,00” X 3,00MM., 2” X 2,00MM, 1 ½” X 4,25MM, 1” X 2,00MM. BARRA CHATA DE NO MÍNIMO 1 ¼” X 3/16”. CHAPA AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 4,75 MM.	UN	02			



		<p>SOLDA TIPO MIG. ACABAMENTOS: ROLAMENTOS PARA ARTICULAÇÃO BLINDADOS. CORRENTES EM AÇO ZINCADO. PARAFUSOS, ARRUELAS E PORCAS FIXADORAS ZINCADOS. ACABAMENTO EM PLÁSTICO INJETADO E/OU EM- BORRACHADO. ASSENTO EM ROTOMOLDADO DE ALTA QUALIDADE.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO- ENDURECÍVEL COLORIDO.</p> <p>FORMA DE FIXAÇÃO: ATERRAMENTO.</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--



		<p>PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 60 KG. FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 03 A 12 ANOS.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p>				
4	79546	<p>BRINQUEDO PERMANENTE, GAIOLA LABIRINTO, TIPO PLAYGROUND, MODELO "SMEL", CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO:</p> <p>GAIOLA LABIRINTO (TREPA-TREPA) POSSIBILITANDO A ESCALADA E DESCIDA PELAS BARRAS INTERNAS EM DIVERSAS DIREÇÕES. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2,0" X 2,00MM., 1" X 1,50MM, 7/8 X 2,00 MM. SOLDA TIPO MIG.</p>	UN	02		



		<p>ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE NO MÍNIMO 2”.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DO FABRICANTE. PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBSMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO- ENDURECÍVEL COLORIDO. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 7 ANOS, COM CA-PACIDADE MÍNIMA DE 150 KG OU 06 USUÁRIOS. GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. EQUIPAMENTO PRODUZIDO CONFORME ES- PECIFICAÇÕES DA</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		NBR 16071/2012.					
5	93926	<p>BRINQUEDO PERMANENTE PLATAFORMA CARROSSEL ADAPTA APC 4 LUGARES.</p> <p>PROPORCIONA DIVERSÃO E EXERCÍCIO. ALÉM DA ATIVIDADE LÚDICA E FÍSICA, O BRINQUEDO OFERECE A OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, POIS CONTA COM DOIS ESPAÇOS PARA CRIANÇAS CADEIRANTES E DOIS ASSENTOS PARA NÃO CADEIRANTES ONDE ATÉ QUATRO CRIANÇAS PODEM SE ACOMODAR E GIRAR O BRINQUEDO.</p> <p>MATERIAL: TUBOS REDONDOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 5" X 2,00 MM, 2" X 5,50 MM, 2" X 3,00 MM, 2" X 2,00 MM, 1 1/4" X 3,00 MM, 1 1/2" X 3,00 MM, 1 1/2" X 1,50, 1" X 1,50 MM. METALON 50 X 70 X 3,00 MM. CHAPAS DE AÇO CARBONO COM NO MÍNIMO 2 MM, 3.75 MM, 4.75 MM, 6.35 MM. CHAPA ANTIDERRAPANTE DE ALUMÍNIO</p>	UN	02			



		<p>ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 2,70 MM. SOLDA: TIPO MIG.</p> <p>ACABAMENTOS: TAMPÃO EMBUTIDO INTERNO EM PLÁSTICO INJETADO DE ACABAMENTO ESFÉRICO E PROTEÇÃO UV. PORCAS E PARAFUSOS EM AÇO ZINCADO. ROLAMENTOS COM DUPLA BLINDAGEM.</p> <p>ADESIVO REFLETIVO DESCRITIVO DE ALTA FIXAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS MUSCULARES, INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DADOS DA FABRICANTE. FITAS ADESIVAS ANTIDERRAPANTES . BATENTES DE BORRACHA (VULCANIZADA), ESFERAS DE PROTEÇÃO PARA FLANGES. TRAVAS ARTICULÁVEIS PARA ACESSOS DOS CADEIRANTES.</p> <p>PINTURA: TRATAMENTO COM BANHO SUBMERSO A BASE DE FOSFATO. SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		<p>PÓ ELETROSTÁTICO COM PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMO- ENDURECÍVEL COLORIDO. FORMA DE FIXAÇÃO: PARABOLT DE NO MÍNIMO 1/2 X 2 1/2.</p> <p>EQUIPAMENTO FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 16071/2012.</p> <p>GARANTIA: 12 MESES SOB DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. 12 MESES SOB DEFEITOS DE PINTURA. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 300 KG.</p> <p>FAIXA ETÁRIA: ACIMA DE 07 ANOS.</p>					
6	79550	<p>GRAMA SINTÉTICA, ESPORTIVA, ESPESSURA MÍNIMA 20 MM, MACIA, PROTEÇÃO ANTICHAMA (NÃO QUEIMA E NÃO PROPAGA FOGO), DUPLA BASE, BASE SIMPLES FIBRILADA, EM POLIPROPILENO, SUPERFÍCIE EM POLIETILENO.</p>	M²	100			
VALOR GLOBAL GRUPO II				R\$			